Ano IX nº 92 – Setembro/Outubro – 2014

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANPT intensifica articulação no Congresso Nacional para aprovação de matérias importantes para a categoria

Foto: Banco de Imagens

Entre os assuntos acompanhados pela ANPT, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63, que institui a parcela de valorização por tempo de exercício na carreira dos membros do Ministério Público e da magistratura. A matéria encontra-se pronta para votação no Plenário do Senado Federal. A entidade tem acompanhado, também, a tramitação do Projeto de Lei (PL) dos subsídios, aprovado recentemente na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.

Página 3

Simpósio em Campinas debate trabalho escravo no Brasil

O evento, promovido pelo Ministério Público do Trabalho com o apoio da ANPT, teve como tema central "trabalho escravo: realidade que a história não conta e deve ser abolida". Cerca de 400 pessoas participaram do simpósio.

Página 6

Foto: Ascom/MPT-Campinas

ACUMULAÇÃO DE OFÍCIOS

Estudo é apresentado no CSMPT

Página 4

TRABALHO ESCRAVO

ANPT intervém no STF em ADI

Página 6

Foto: TRT-8

Medalha Ordem do Mérito "Jus et Labor"

O procurador do Trabalho e Coordenador Nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes (Coordinfância) Rafael Dias Marques, foi agraciado, no 12 de setembro, com a medalha Ordem do Mérito "Jus et Labor", conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP). Anualmente, a instituição condecora pessoas físicas e jurídicas que tenham se destacado por suas atividades na área trabalhista e Justiça social, prestando relevantes serviços ao país e à Justiça do Trabalho.

Foto: Ascom/MPT-RN

Grã-Cruz do Mérito Judiciário do Trabalho

O Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte (TRT-RN) realizou, dia 17 de outubro, a solenidade de entrega das medalhas da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Djalma Aranha Marinho e do Mérito Profissional e Funcional Miguel Seabra Fagundes. Neste ano, 48 personalidades foram agraciadas em diferentes categorias. O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no RN, Francisco Marcelo Almeida Andrade, foi homenageado na categoria Grã Cruz.

Novos convênios disponíveis para os associados da ANPT

Em setembro, foram firmados novos convênios, com o objetivo de beneficiar os associados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Todos eles trazem condições diferenciadas e ofertas exclusivas.

Na parte de viagens e turismo, duas novas redes de hoteis passam a integrar a lista de conveniados da ANPT: A Rede Blue Tree e a Rede Nacional Inn de Hotéis. Outra parceria firmada é com o GEN | Grupo Editorial Nacional, que oferece desconto de 35% nos livros jurídicos e 20% nas demais obras.

No setor de serviços e produtos, foi firmado convênio com a Blumpa, primeira e única plataforma no Brasil que permite a contratação de serviços de limpeza online. Nova parceria, também, com a Johnson & Johnson- Loja On Line. Para mais informações acesse o "Espaço do Associado", localizado na lateral direita da página eletrônica da ANPT. O endereço é www.anpt.org.br.

Florianópolis será sede do 26º ENPT

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) promoverá, entre os dias 13 e 16 de novembro, o 26º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT). O evento será realizado no Costão do Santinho Resort, em Florianópolis(SC), e está com a programação diversificada, para atender associados, familiares e convidados.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2014/2016**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
Presidente

Ângelo Fabiano Farias da Costa
Vice-Presidente

Marcelo Adriano da Silva
Secretário-Geral

Ana Cláudia Rodrigues B. Monteiro
Diretora Financeira

Rafael Garcia Rodrigues
Diretor de Relações Institucionais

Ericka Rodrigues Duarte
Diretora de Assuntos Jurídicos

Helder Santos Amorim
Diretor de Assuntos Legislativos

Alice Nair Feiber Sonego Borner
Diretora de Assuntos Sociais e de Eventos

Heleny Ferreira de A. Schittine
Diretora de Comunicação

Márcia Bacher Medeiros
Diretora

Jeibson dos Santos Justiniano
Diretor

Celeste Maria Ramos M. Medeiros
Diretora

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão.
Tiragem: 1700 exemplares; **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br,
Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1108, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT intensifica articulação no Congresso Nacional pela aprovação de projetos relevantes para os membros da categoria

Nos meses de setembro e outubro, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) intensificou, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a tramitação de matérias de interesse dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). Em razão do período eleitoral, os trabalhos em ambas as casas legislativas deram-se de maneira atípica em parte significativa do período, sendo retomados com maior intensidade após o segundo turno das eleições.

Durante esse período, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, juntamente com outros dirigentes da Associação, a exemplo da diretora financeira, Ana Cláudia Bandeira Monteiro, e acompanhados de representantes das demais entidades de classe do Ministério Público e do Poder Judiciário, articularam no Congresso Nacional a aprovação de temas importantes para os membros de ambas as carreiras. Exemplo disso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63, que institui a parcela de valorização por tempo de exercício na carreira dos membros do Ministério Público (MP) e da magistratura.

Este tema tem sido tratado, já há algum tempo, como prioritário para os representes das entidades de classe. No Plenário do Senado, a PEC já está pronta para ser votada desde setembro, tendo se observado, porém, que o número de senadores nas sessões plenárias não tem se mostrado expressivo, o que não se mostra propício para a apreciação e aprovação de matérias que exigem quórum qualificado, a exemplo de PECs, em relação às quais há necessidade de pelo menos 49 votos para aprovação do projeto.

De acordo com o presidente da ANPT, "todas essas discussões e debates com os parlamentares são inerentes ao regime democrático e, apesar de todas as dificuldades que já tivemos num passado recente no que tange às tentativas de restabelecimento dessa parcela remuneratória imprescindível para o restabelecimento da própria noção de carreira em relação aos membros dessas instituições

Foto: Ascom/ANPT

Diretoria da ANPT e representantes de outras entidades de classe reunidos no Congresso

Foto: Ascom/ANPT

Projetos de interesse das categorias são acompanhados no Congresso

essenciais para o Estado de Direito, entendemos que as tratativas têm avançado de maneira satisfatória ao longo dos últimos meses, com grande chance de êxito na votação no plenário do Senado Federal, uma vez que os membros daquela Casa Legislativa têm reconhecido a relevância e a legitimidade do pleito, segundo nos tem sido por eles garantido".

Os dirigentes da ANPT também têm reforçado a atuação na Câmara dos Deputados, onde tramita o Projeto de Lei (PL) nº 7918/2014, que trata da revisão do valor dos subsídios do procurador-geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União (MPU). No dia 5 de novembro, a proposta foi aprovada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), tendo o presidente e o vice-presidente da entidade participado de toda a sessão.

Segundo o presidente da ANPT, a aprovação dos projetos na CTASP representa um passo importante para a reposição, ainda que parcial, do valor dos subsídios dos membros da categoria, os quais vêm tendo perdas inflacionárias, sem a recomposição, há vários anos. "Nós, membros do Ministério Público do Trabalho, atuamos fortemente na defesa da manutenção do valor real dos salários dos trabalhadores das mais variadas categorias, não sendo minimamente razoável reputarmos normal que nossa própria remuneração perca já mais de 30% de seu poder de compra, considerados apenas os últimos anos e tendo em vista a inflação do período", destacou.

Azevedo Lima esclareceu, ainda, que "se está buscando construir um diálogo no âmbito da Câmara dos Deputados para que os projetos que tratam da reposição do valor dos subsídios dos membros do MPU e dos ministros do Supremo Tribunal Federal tramitem em regime de urgência, levando a apreciação da matéria direto para o Plenário, o que agilizaria sua tramitação, sem necessidade de passar nas demais Comissões".

STF

No dia 31 de outubro, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, determinou a inclusão no projeto do Orçamento de 2015 da previsão de receitas e despesas aprovada originalmente pelo Judiciário e pelo Ministério Público. Essa previsão inclui proposta de reajuste salarial a servidores, juízes, promotores, procuradores e ministros das Cortes Superiores. O aumento tinha sido excluído pelo Executivo do texto principal do Orçamento. A decisão da magistrada, no entanto, não obriga o Congresso Nacional a aprovar a proposta do Judiciário na íntegra. O Legislativo tem autonomia para reduzir ou aumentar a previsão de receitas e despesas dos poderes dentro do Orçamento da União.

Essa decisão da Suprema Corte, para o presidente da ANPT, é de suma importância, uma vez que "reconhece, na prática, algo que nos últimos anos só vinha se verificando no plano formal, que é a garantia da efetiva autonomia financeira e orçamentária do Ministério Público e do Poder Judiciário, não se podendo reputar como razoável que o Executivo corte unilateralmente propostas orçamentárias oriundas daqueles, sem sequer oportunizar a que tais propostas viessem a ser apreciadas pelo Poder Legislativo, que é quem, efetivamente, tem competência constitucional para aprovar ou rejeitar orçamento".

Estudo sobre gratificação por exercício cumulativo de ofícios é apresentado pela ANPT

No dia 2 de setembro, durante sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, apresentou aos conselheiros estudo por meio do qual a entidade se reporta a algumas considerações e preocupações da Associação acerca da questão alusiva à gratificação por exercício cumulativo de ofícios e à percepção de tal verba por parte dos membros do Ministério Público da União (MPU). A discussão, ainda que sem todos os argumentos agora apresentados, já havia sido levada ao CSMPT pela ANPT há alguns meses, onde se pleiteou, no primeiro semestre deste ano, a regulamentação da matéria, a fim de viabilizar o pagamento da gratificação criada pela lei que veio a ser sancionada recentemente (Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014).

Segundo o presidente da ANPT, tem sido observado que, ante a nova legislação, faz-se necessária a alteração de alguns dispositivos da Resolução n. 86, do CSMPT. "A ANPT, em sua última reunião de diretoria, entendeu ser pertinente a apresentação de estudo, com sugestões e observações, a fim de que sejam alcançadas as peculiaridades existentes na realidade dos membros do MPT, permitindo, assim, a coexistência da situação fática da cumulação de ofícios, já verificada na prática hodierna, com a efetiva percepção da gratificação por essa cumulação, dentro de critérios isonômicos e objetivos que garantam um tratamento equânime entre os membros do Ministério Público do Trabalho", informou.

Foto: ASCOM/ANPT

Presidente da ANPT representou a entidade durante a sessão do CSMPT

No Ministério Público do Trabalho (MPT) foi instituída uma Comissão, atualmente formada pelos subprocuradores-gerais do Trabalho Eliane Araque, vice-procuradora-geral, Maurício Correia de Mello e André Luis Spies, para tratar da matéria. Eliane Araque também integra a Comissão instituída no âmbito do MPU, com participação de representantes dos quatro ramos, já tendo a ANPT, antecipadamente, apresentado essas preocupações e considerações preliminares a ela, bem como à comissão, mediante encaminhamento do estudo da entidade ao secretário-geral do MPU.

No âmbito da diretoria da ANPT, ficaram incumbidos de estudar de maneira mais aprofundada a questão o vice-presidente da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, o secretário-geral da entidade, Marcelo Adriano da Silva, e a diretora de assuntos jurídicos, Ericka Rodrigues Duarte, tendo também participado de todas as discussões o presidente da entidade e demais diretores, valendo-se também os dirigentes associativos de contribuições, críticas e sugestões encaminhadas por membros do MPT de todo o país.

ANPT divulga nota pública contra a criação do SUT

A ANPT manifestou-se publicamente, dia 24 de setembro, contra o projeto de criação do Sistema Único do Trabalho (SUT). Para a entidade, o projeto, como apresentado, concorre para a fragilização das relações trabalhistas, para o esvaziamento da Fiscalização do Trabalho e o consequente aniquilamento do órgão nacional de condução de políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho.

A proposta, de acordo com a entidade, toma por base, em linhas gerais, a lógica do Sistema Único de Saúde (SUS) e apresenta como características básicas ser de âmbito nacional, descentralizada, cofinanciada pelos entes federados – União, Estados e Municípios – e assegura a participação do poder de decisão, no estabelecimento das medidas e das políticas a serem adotadas, a representantes tanto de trabalhadores quanto de empregadores em sua gestão.

"Não há como se olvidar, contudo, que tais características colidem de maneira inconteste com a competência atribuída exclusivamente à União para organizar, manter e executar a Inspeção do Trabalho em nosso País, contrariam as recomendações emanadas da Convenção n. 81, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo governo brasileiro, e ignoram, ademais, o disposto no art. 7º da Lei n. 7.855/89, o qual instituiu o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT), além de contrariar a própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mais especificamente o Capítulo I, Título VII, da CLT, que trata da fiscalização, autuação e imposição de multas.

Segundo o texto, " acolher a proposta do SUT, substituindo a Auditoria Fiscal do Trabalho na execução de suas relevantes atribuições na fiscalização trabalhista e todas as medidas a ela inerentes, significa admitir que o fiscalizado venha a ser encarregado de realizar sua própria fiscalização, hipótese que foge, a qualquer razoabilidade.Também preocupa em demasia a forma de destinação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) proposta no projeto do SUT".

* Confira a íntegra da nota na página eletrônica da ANPT: www.anpt.org.br

Terceirização e Administração Pública é tema de seminário na Bahia

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 9 de outubro, do seminário "Terceirização e Administração Pública", realizado em Salvador (BA). O evento foi promovido pelo Ministério Público do Trabalho na Bahia (MPT/BA), em parceria com a Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades na Administração Pública (Conap) e com o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), por meio da Escola Judicial (Ejud).

Durante a cerimônia de abertura do seminário, Azevedo Lima destacou a relevância do tema, "ainda mais ante o atual cenário, em que se discute tanto no parlamento brasileiro - em suas duas Casas Legislativas -,quanto no Supremo Tribunal Federal, a possibilidade de ampliação ilimitada das hipóteses de terceirização de serviços, o que, uma vez concretizado, resultaria em gravíssima e extremamente preocupante precarização cada vez maior das relações de trabalho", enfatizou.

Ainda de acordo com o presidente da ANPT, "em se tratando de terceirização no âmbito da Administração Pública, essas irregularidades tomam dimensão ainda maior, já que, somada às lamentáveis condições precárias de trabalho, verifica-se também afronta à regra constitucional do concurso público, a qual representa, reconheça-se, verdadeira expressão do princípio isonômico basilar, demonstrando de maneira ainda mais enfática o quão graves são as consequências dessas irregularidades para a sociedade como um todo".

O procurador-chefe do MPT na Bahia, Alberto Balazeiro, por sua vez, salientou o empenho do Ministério Público do Trabalho na Bahia no enfrentamento da questão. "Não nos descuidamos e a terceirização, responsável por salários menores, benefícios reduzidos e condições de trabalho inferiores, tem sido objeto de várias ações civis públicas movidas pelo MPT/BA", informou.

Além do presidente da ANPT e do procurador-chefe do MPT na Bahia, compuseram a mesa de abertura do evento também o ministro do TST Maurício Godinho Delgado, o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, o presidente do TRT-5, desembargador Valtércio de Oliveira, a coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (Conap), procuradora do Trabalho Marici Pereira, a vice-diretora da Escola Judicial do TRT-5, desembargadora Léa Nunes, e o representante da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Bahia, auditor do Trabalho Maurício Nolasco.

PROGRAMAÇÃO

Logo após a solenidade, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maurício Godinho Delgado, proferiu a palestra inaugural do evento, abordando o tema "A Terceirização e suas múltiplas dimensões". De acordo com ele, a terceirização de mão de obra é um instrumento de barateamento dos custos trabalhistas e previdenciários na contratação de pessoal. O ministro analisou os problemas causados pela terceirização. "Ela enfraquece a organização da classe trabalhadora, quanto à sua relação direta com o tomador de serviços e também com o empregador formal, além de contribuir para desestruturar as entidades sindicais e esfacelar sua representatividade", pontuou.

O procurador do Trabalho e diretor de assuntos legislativos da ANPT, Helder dos Santos Amorim, apresentou o livro "Limites Constitucionais da Terceirização" aos participantes do seminário.

Em seguida, foi promovido painel, sob a coordenação do presidente do TRT-5, desembargador Valtércio de Oliveira, que discutiu "A Visão dos Tribunais de Contas sobre a Terceirização na Administração Pública".

Na sexta-feira, no período da manhã, a desembargadora do TRT-5 Débora Machado e a juíza Andréa Presas Rocha, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5), coordenaram o painel "A Visão dos Juízes sobre a Terceirização na Administração Pública". Em seguida, o diretor de assuntos legislativos da ANPT e o procurador-chefe do Ministério Público Federal na Bahia, Pablo Coutinho Braga, debateram "A Visão do Ministério Público sobre a Terceirização na Administração Pública".

No período da tarde, Mauro Menezes, advogado da ANPT nas intervenções da entidade no STF na condição de "*amicus curiae*" em feitos nos quais é a temática discutida no âmbito da Suprema Corte, juntamente com o ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil César Brito, falou sobre "A Visão dos Advogados sobre a Terceirização na Administração Pública". A palestra de encerramento do evento, que abordou a "Terceirização e Corrupção", foi proferida pelo ministro do TST Cláudio Brandão.

Foto: Ascom/MPT-BA

Presidente da ANPT participou da abertura do seminário

Trabalho Escravo é tema de simpósio promovido em Campinas

Foto: Ascom/MPT-Campinas

Solenidade de abertura do simpósio

"Trabalho Escravo: Realidade que a história não conta e deve ser abolida", este foi o tema do simpósio promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Campinas, dia 3 de outubro. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, que contou com a presença da procuradora-chefe da Regional, Catarina von Zuben, além de cerca de 400 pessoas.

Durante a solenidade de abertura do simpósio, Azevedo Lima destacou a importância do evento para reforçar o entendimento acerca da questão e fortalecer o trabalho e otimizar os resultados no combate a essa forma de exploração do labor humano. "É uma discussão que, reconhecidamente, não perde a sua contemporaneidade, nem, muito menos, a sua relevância, ainda mais considerando que aqui, no interior de São Paulo, tem sido constatado o aumento gradativo de casos de exploração de trabalhadores em condições análogas às de escravo, seja no campo ou na cidade, principalmente em setores como a construção civil, nas atividades de confecções e na produção de laranjas", ressaltou.

AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO

O deputado Carlos Bezerra Jr. (PSDB) abriu o primeiro painel do simpósio, falando sobre a importância da nova lei paulista contra o trabalho escravo (Lei 14.946/2013), de sua autoria. A medida é considerada por especialistas brasileiros como a mais rigorosa punição a escravagistas desde a Lei Áurea. Bezerra Jr. questionou o papel do Legislativo no combate mais rigoroso ao trabalho escravo no Brasil. "O trabalho escravo se modernizou, então precisamos de novas ferramentas para combatê-lo", disse.

O presidente da ANPT, por sua vez, após apresentar durante sua palestra um relato detalhado do contexto em que se deu a aprovação do Protocolo adicional à Convenção 29, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como da Recomendação 203, também da OIT, e os avanços obtidos a partir desses instrumentos, enfatizou a imprescindibilidade de se buscar medidas mais efetivas para combater o que ele chamou de "escravidão contemporânea", dando ênfase para a responsabilização da cadeia produtiva. Ele destacou, ainda, a relevância de uma mudança cultural em toda a sociedade, bem como de ser exercido um papel mais efetivo e claro pelos próprios consumidores, não adquirindo produtos e serviços de empresas que explorem, direta ou indiretamente, o trabalho em condições análogas às de escravo.

ANPT intervém no STF em ADI sobre a "lista suja do trabalho escravo"

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) formalizou, dia 23 de setembro, seu requerimento de admissão, na condição de "*amicus curiae*", nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 5115, que se encontra sob a relatoria da Ministra Carmen Lúcia. A ação foi ajuizada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) com o objetivo de ver declarada a inconstitucionalidade da Portaria Interministerial n. 2, de 12 de maio de 2011, do ministro de Estado do Trabalho e Emprego e da ministra de Estado chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que "enuncia regras sobre o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo e revoga a Portaria MTE n. 540, de 19 de outubro de 2004". O referido cadastro, vale lembrar, é também conhecido como "lista suja do trabalho escravo".

Alega a CNA, nos autos da ADI 5115, que a Portaria Interministerial n. 2 / MTE-SDH estaria composta de diferentes inconstitucionalidades, "tais como violação aos princípios do devido processo legal – em suas vertentes adjetiva e substantiva –, do contraditório e da ampla defesa, da presunção de inocência, da legalidade, da tipicidade das infrações e de suas sanções, entre outros", argumentação esta que é veementemente combatida pela ANPT.

Na intervenção da ANPT no STF, a qual é subscrita pelos advogados Aristides Junqueira Alvarenga e Luciana Moura Alvarenga Simioni, a entidade ressalta que a Portaria não padece de nenhuma inconstitucionalidade e/ou ilegalidade. A Associação destaca, inclusive, fundamentos já apresentados por membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e juízes do Trabalho em ações judiciais que tramitaram em diferentes partes do Brasil, com acolhimento reiterado no âmbito do Poder Judiciário.

Diretora da ANPT participa de audiência pública sobre dupla função de motoristas de ônibus

A diretora de comunicação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Heleny Ferreira Schittine, participou, dia 5 de setembro, de audiência pública que debateu a dupla função de motoristas de ônibus. O evento, promovido pela Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, teve por objetivo desenvolver saberes transdisciplinares, que auxiliem os juízes do Trabalho a enfrentar de forma adequada e eficiente os conflitos inerentes às complexas e dinâmicas relações sociais contemporâneas.

Em sua manifestação, a diretora da ANPT disse que a entidade acompanha de perto tudo que diz respeito à área trabalhista, tanto no Congresso Nacional quanto nos Tribunais Superiores e na Suprema Corte. Ela ressaltou, também, que a questão da dupla função de motoristas é uma preocupação constante dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), principalmente por suas implicações em questões relacionadas à saúde e à segurança do trabalho.

Foto: Ascom/TRT-1

Diretora da ANPT durante seu pronunciamento na audiência pública

A procuradora comentou, ainda, que diversos procuradores do Trabalho ajuízam Ações Civis Públicas (ACPs) relacionadas ao tema e que alguns obtiveram êxito em primeira e segunda instância, mas quando o processo vai para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal tem se detido mais ao aspecto remuneratório da discussão, sem que se tenha aprofundado a análise da questão sob a ótica do problema concernente aos reflexos na saúde dos trabalhadores.

AMPLO DEBATE

Os representantes das instituições convidadas levaram à audiência pública suas vivências, opiniões e informações sobre o assunto. O primeiro a falar, o deputado estadual Paulo Ramos, presidente da Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, argumentou que o número de acidentes de trânsito cresceu com a supressão do cobrador, em suas palavras, devido à prevalência de um "capricho patronal".

Em seguida, a procuradora regional do Trabalho e associada da ANPT Deborah da Silva Felix falou sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho no combate a práticas que desvirtuam as contratações de motoristas e reforçou que o poder público não deve se abster de fiscalizar as concessões do serviço de transporte.

Reunião da Conatrae tem presença da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhado do vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou, dia 14 de outubro, da reunião ordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). A comissão é presidida pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti.

Além de informações sobre a operação de trabalhadores embarcados em navios de cruzeiros e sobre o 3º Encontro das Coetraes, os participantes discutiram diversas questões e estratégias relacionadas à atuação no combate ao trabalho em condições análogas às de escravo.

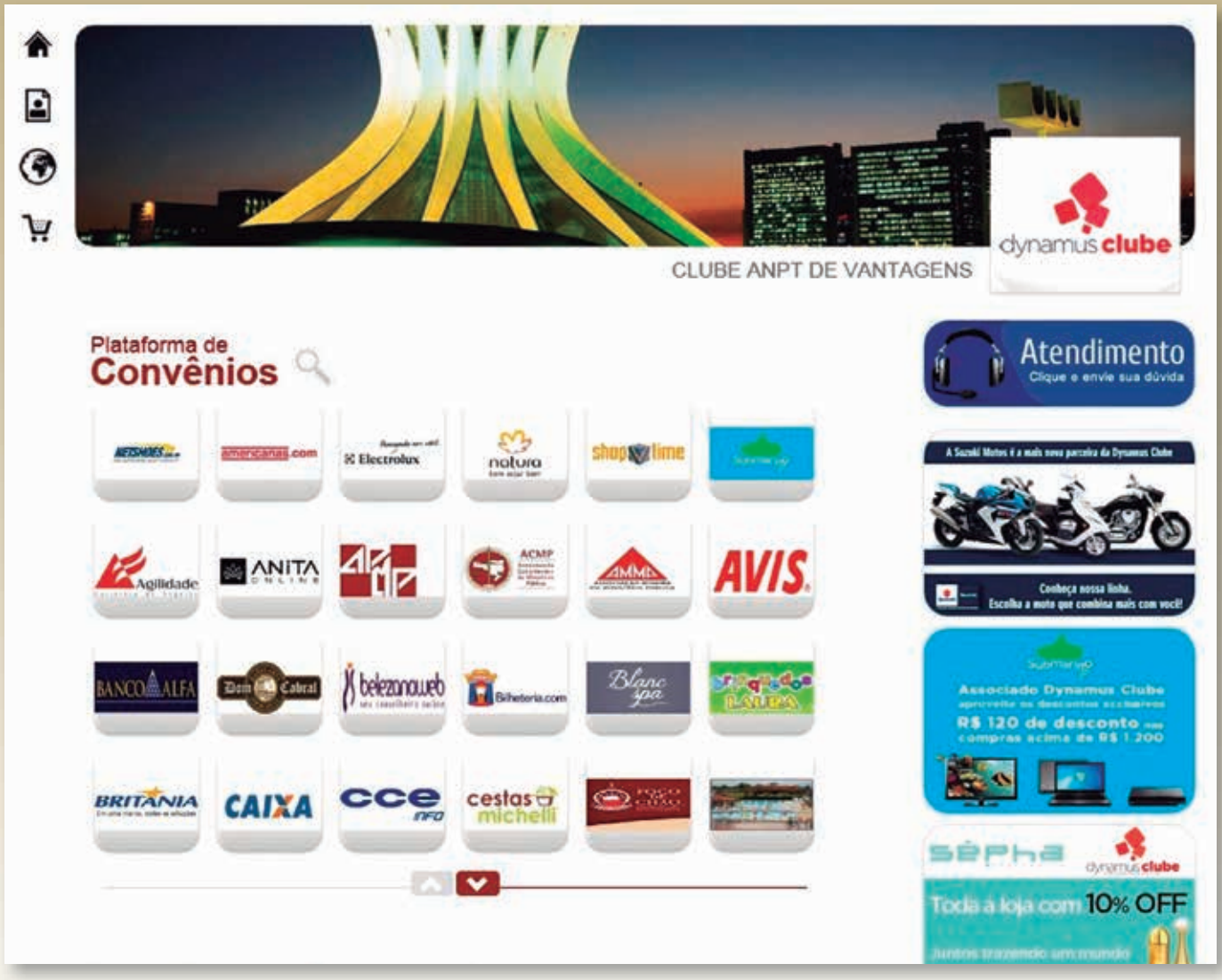
Também foram debatidos, durante a reunião da Conatrae, diversos aspectos relacionados às chamadas "comunidades terapêuticas", nas quais se utiliza a laborterapia, havendo casos em que se constata, segundo alguns relatos apresentados, exploração ilícita de mão de obra. A matéria ainda será debatida, de maneira mais aprofundada, no âmbito da Comissão, mas a ANPT informou que os procuradores do Trabalho também já estão atentos a essa questão e às suas possíveis repercussões, e que a matéria já está sendo discutida nos últimos tempos entre os membros da instituição.

Foto: Lourdes Marinho/Sinait

Reunião da Conatrae, realizada na sede da SDH

O Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho entregou aos presentes material denunciando a proposta de criação do Sistema Único do Trabalho (SUT), matéria em relação à qual a ANPT, inclusive, já se manifestou, emitindo Nota Pública contrária a tal proposta, na qual expõe, detalhada e fundamentadamente, os aspectos negativos do SUT, com possíveis e graves repercussões em todo o sistema de fiscalização trabalhista.

CLUBE ANPT DE VANTAGENS



O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço ***www.anpt.org.br***, e clique no tópico "Espaço do Associado". Em seguida, clique em "Convênios ANPT" e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.

dynamus consult
CONNECTING BUSINESS

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1108 11º andar
Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br

ANPT participa de inauguração da sala do Ministério Público na PGR

Foi inaugurada, dia 21 de outubro, a "sala do Ministério Público", na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, que contou, também, com a presença do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, do representante do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Coelho, do corregedor-geral do MPT, Manoel Orlando Goulart, do presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, Eduardo de Lima Veiga, da presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Norma Angélica Cavalcanti, além de diversos membros de vários ramos do Ministério Público brasileiro, representantes das entidades de classe, entre outras autoridades.

A abertura de uma sala no prédio da sede do Ministério Público Federal para uso de qualquer membro de todos os ramos do MP, de acordo com Rodrigo Janot, ultrapassa em muito o ato em si e a estrutura física disponibilizada no local. "É um sinal de que o Ministério Público brasileiro é único, e atua em bloco, de maneira uniforme. Nós temos que reafirmar a unidade do MP e dar ênfase a isso com essa acolhida para os diversos ramos da instituição", afirmou.

Foto: Ascom/ANPT

ANPT participou da solenidade

Descerramento da placa foi realizado pelo procurador-geral da República

5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público tem presença da ANPT

Fotos: Ascom/ANPT

Cerimônia de entrega do Prêmio CNMP 2014

Teve início, dia 21 de outubro, o 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do evento, cujo tema central foi "Gestão por resultados". Ainda na cerimônia, foi realizada a premiação dos projetos finalistas do "Prêmio CNMP 2014", do qual a ANPT fez parte da comissão julgadora dos trabalhos, representada pela diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro.

PRÊMIO

O CNMP promoveu, dia 16 de setembro, o processo de votação para a escolha dos vencedores das oito categorias do "Prêmio CNMP 2014", O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da reunião que deu início à votação.

Os integrantes da comissão julgadora puderam escolher, em votação secreta por meio de cédula, entre os 40 finalistas, os projetos que deveriam ficar em primeiro, segundo e terceiro lugares. Também foram escolhidos os projetos que receberiam menção honrosa.

Os projetos finalistas foram previamente escolhidos pela comissão julgadora entre 655 práticas inscritas no Banco Nacional de Projetos. Eles foram enquadrados em oito categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Diminuição da Criminalidade e da Corrupção; Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacionamento; Profissionalização da Gestão e Tecnologia da Informação.

Procuradora do Trabalho Ludmila Reis Brito Lopes durante explicação sobre o processo de votação

Coordenadorias temáticas do MPT reúnem-se em Brasília com a presença da ANPT

Fotos: Ascom/ANPT

Reunião da Conalis

No mês de outubro, três coordenadorias temáticas do Ministério Público do Trabalho (MPT) realizaram suas reuniões nacionais de trabalho, em Brasília: a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), a Coordenadoria Nacional da Liberdade Sindical (Conalis) e a Coordenadoria de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação do Trabalho (Coordigualdade). A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) esteve presente na abertura de todas as reuniões, tanto por meio de seu presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, quanto do vice-presidente, Ângelo Fabiano Farias da Costa.

Nas reuniões, os representantes da ANPT, além de saudarem os participantes, levaram informações atualizadas sobre a atuação da entidade em prol das prerrogativas e dos interesses dos membros do MPT. Na primeira delas, da Coordinfância, promovida no dia 1º de outubro, o vice-presidente da Associação destacou o trabalho que vem sendo desempenhado pela coordenadoria nos últimos anos na luta pela erradicação do trabalho infantil, especialmente quando se leva em consideração a relevância do tema para a sociedade brasileira.

Na ocasião, entre os temas abordados por Farias da Costa estavam a ajuda de custo para remoções a pedido, assim como auxílio-moradia, a gratificação por exercício cumulativo de ofícios, bem como a respeito do atual estágio da PEC que visa instituir a parcela de Valorização por Tempo de Magistratura e de Ministério Público (VTM) e do projeto de lei que tem por objetivo recompor os subsídios dos membros do Ministério Público.

Nessa mesma linha, logo após também abordar estes aspectos aos participantes da reunião da Conalis, dia 17 de outubro, e da Coordigualdade, promovida dia 29 de outubro, o presidente da ANPT falou sobre questões referentes ao Congresso Nacional, ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT).

No caso da Coordigualdade, Azevedo Lima lembrou que a reunião acontecia em um momento muito propício, haja vista estar ali reunido um grupo de membros da instituição que cuida, primordialmente, da promoção da igualdade, "este que é pressuposto de extrema relevância para os direitos humanos e, por conseguinte, para os direitos fundamentais, e ainda, mais especificamente, para os direitos sociais, os quais a nós foi confiado pelo constituinte a missão de defender e promover, no resguardo dos interesses de toda a sociedade", destacou. Segundo o presidente da ANPT, o aprofundamento da discussão de tais temas se mostra extremamente pertinente num contexto de lamentáveis exemplos que se tem constatado de discriminação, as quais têm proliferado nas últimas semanas, mormente no âmbito das redes sociais. "As relações de trabalho são, não esqueçamos, um microcosmo das relações humanas, nas quais, em todas as suas vertentes, não podemos compactuar com condutas discriminatórias, sob nenhuma hipótese", enfatizou.

Sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 63/2013, que prevê o restabelecimento de parcela remuneratória referente ao tempo de exercício na carreira de membro do Ministério Público e do Poder Judiciário, Azevedo Lima informou que, com a retomada dos trabalhos no Congresso Nacional após as eleições, a entidade tem intensificado e reiterado todo o trabalho de articulação parlamentar e esclareceu, ainda, que a PEC consta da pauta do Plenário do Senado Federal, pronta para ser votada, o que se está buscando garantir que ocorra com a maior brevidade possível.

Presidente da ANPT durante a abertura da reunião da Coordigualdade

Vice-presidente da ANPT na abertura da reunião da Coordinfância

Jogo digital que auxilia no combate ao trabalho infantil é lançado pelo MPT em Brasília

Fotos: Ascom/MPT

Lançamento foi realizado no auditório da PGT

"Infância livre", este é o nome do jogo lançado, dia 14 de outubro, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que auxiliará no combate ao trabalho infantil em todo o país. Ele tem como público-alvo, em especial, crianças e adolescentes, e apresenta vários possíveis cenários de exploração da mão de obra infantil, como lixões, o meio rural, sinais de trânsito e o ambiente doméstico, a fim de mobilizar a sociedade para a erradicação dessa forma de exploração do labor humano. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da solenidade.

De acordo com o presidente da ANPT, "o jogo constitui uma fantástica ferramenta para tratar dessa relevantíssima e mais que preocupante temática". Segundo ele, "se enfrentamos dificuldades as mais diversas para tratar de outras graves problemáticas que despertam a atuação dos membros do MPT em todo o Brasil, quando se está a tratar do combate ao trabalho infantil ainda nos deparamos com uma preocupação adicional, que diz respeito à imprescindibilidade de uma mudança cultural em vários setores da sociedade". Ele enfatizou ainda que "ninguém vê, por exemplo, alguém defendendo a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo. Infelizmente existem diversos casos da famigerada escravidão contemporânea, mas ninguém defende a nefasta prática publicamente, ao contrário do que, lamentavelmente, ainda se verifica em relação ao trabalho infantil, não sendo raro ouvirmos aquele equivocado discurso no sentido de que ´é melhor a criança trabalhar que roubar ou matar´, como se suas opções fossem somente estas".

No Brasil, pelo menos 3 milhões de crianças se encontram em situação de trabalho. No jogo, são fornecidas informações sobre os prejuízos da prática e sobre os direitos da criança e do adolescente. O Infância Livre está disponível gratuitamente na internet, pelo endereço www.mptgames.com.br/infancialivre, e pode ser baixado em computadores e tablets.

O projeto é resultado de cooperação entre o MPT na Paraíba e o Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Facisa), de Campina Grande (PB), firmada em 2012.

A produção do *game* foi idealizada pelos procuradores Marcos Almeida e Raulino Maracajá, responsáveis pelo programa MPT Games. "A nossa ideia é explorar o potencial que os jogos digitais têm de entretenimento para levar informação e gerar a reflexão sobre temas sociais relevantes como o trabalho infantil. Nosso objetivo é promover cidadania nas relações de trabalho e, por meio disso, estabelecer uma sociedade mais justa e digna", explicou Marcos Almeida. Ele lembrou que a prática têm ligação com questões socioeconômicas e mitos que defendem o trabalho como elemento formador do caráter e alternativa para a fuga da marginalidade.

"Já está constatado que a mera repressão e punição dos exploradores é insuficiente para acabar com o problema do trabalho infantil. Esse *game* é uma ferramenta inovadora que, de forma lúdica e pedagógica, surte muito mais efeito para a conscientização das pessoas do que uma sentença, um inquérito civil ou uma ação civil pública", afirmou o coordenador nacional de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (Coordinfância), o procurador do Trabalho Rafael Dias Marques.

Pagamento do auxílio-moradia é regulamentado pelo CNMP e pelo CNJ

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentaram, dia 6 de outubro, o pagamento do auxílio-moradia aos integrantes do Ministério Público e da magistratura. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, acompanharam as sessões em que a matéria foi apreciada.

Segundo o presidente da ANPT, a regulamentação do auxílio moradia "vem reafirmar a necessidade de atenção à simetria entre as carreiras dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, além de reconhecer não ser cabível o estabelecimento de restrições não previstas na legislação, como ocorria até então". Segundo ele, contudo, "observa-se que a regulamentação ainda estabeleceu restrições não constantes da decisão proferida recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, da lavra do Ministro Luis Fux, o que, ao nosso ver, não se mostra adequado, pois restringiu onde não era cabível, de modo que estamos avaliando quais providências deverão ser adotadas em relação a essas questões específicas".

ANPT apresenta atuação do MPT na promoção dos direitos sociais em palestra na USP

"A atuação do Ministério Público do Trabalho na promoção dos direitos sociais e no combate ao trabalho escravo contemporâneo", este foi o enfoque da palestra proferida pelo presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, dia 17 de setembro, para estudantes concluintes do curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP), na Faculdade do Largo do São Francisco, na capital paulista. Entre os assuntos abordados estavam um maior esclarecimento sobre a estrutura da carreira de membros do MPT e a atuação destes, nas esferas judicial e extrajudicial, inclusive com abordagem mais detalhada acerca de diversas atuações temáticas desempenhadas pelos membros da instituição nos mais variados segmentos, em todo o Brasil.

A aula ministrada pelo presidente da ANPT deu-se a convite do professor Alexandre de Moraes, o qual, recentemente, criou a disciplina "Ministério Público" naquela instituição de ensino, com grande aceitação pelos acadêmicos, tendo havido inscrição de algumas centenas de alunos para cursar essa matéria.

Azevedo Lima explicou o papel desempenhado por cada uma das coordenadorias nacionais temáticas do MPT e a atuação que seus integrantes realizam na abordagem de diversas questões. Discorrendo de maneira mais detalhada acerca da escravidão contemporânea, o procurador apresentou uma contextualização histórica sobre a temática e seu enfrentamento, abordando tratados e Convenções Internacionais, além da legislação nacional sobre o tema.

Ele falou também sobre as duas vertentes mais comumente relacionadas à neoescravidão, quais sejam, o trabalho rural e o urbano, esclarecendo sobre as principais características usualmente constatadas, na prática, em relação a cada uma delas. O procurador destacou a atuação do MPT no enfrentamento da questão, como as operações de combate ao trabalho escravo, os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), as Ações Civis Públicas (ACPs) e Ações Civis Coletivas. Nesse sentido, ele discorreu acerca do trabalho da Conaete, da Conatrae e das Coetrae´s, assim como de comissões municipais já existentes atualmente, tal como se dá na própria capital paulista.

O presidente da ANPT destacou, também, as alternativas extrajudiciais, além dos TAC´s, para o combate ao Trabalho Escravo, focando nos efeitos de medidas como a Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2/2011, políticas públicas adotadas em várias partes do país, a exemplo do Projeto "Resgatando a Cidadania" e outros semelhantes, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e outras medidas que dão enfoque especial às empresas, suas respectivas cadeias produtivas e todos os integrantes de tal cadeira, bem como à imprescindibilidade de atenção para a responsabilidade social de todos os atores da atividade econômica.

"Precisamos, também, atentar para nossa responsabilidade social na condição de consumidores, deixando de consumir produtos de empresas envolvidas, direta ou indiretamente, com essa nefasta e absurda forma de exploração do labor humano, inadmissível, sob qualquer fundamento, no pretenso estágio atual de civilização", enfatizou o presidente da ANPT ao concluir sua apresentação, a qual foi seguida da participação e de questionamentos formulados por vários dos acadêmicos presentes.

Empossado novo procurador do Trabalho

Foi empossado, dia 22 de outubro, Bruno Choairy Cunha de Lima no cargo de procurador do Trabalho. O novo membro da instituição foi aprovado no 18º concurso público para o provimento de cargos da carreira do Ministério Público do Trabalho (MPT). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de posse, que aconteceu no gabinete do procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo.

Durante sua manifestação, Azevedo Lima parabenizou o novo procurador do Trabalho pela posse e ressaltou a relevância do ingresso de novos membros na carreira, contribuindo de maneira significativa para os relevantes trabalhos prestados na defesa e na promoção dos direitos sociais. "Para além da inegável satisfação pessoal, compartilhada com os seus familiares, pela posse hoje ocorrida, o ingresso no MPT propicia desempenhar atuação exemplar na defesa dos direitos e dos interesses mais caros da sociedade de ser um verdadeiro e efetivo agente de transformação social", destacou, ao parabenizar o empossado.

O novo procurador do Trabalho, por sua vez, agradeceu as palavras dirigidas a ele e enfatizou a satisfação por passar a integrar

Novo procurador atuará na PTM de Água Boa (MT)

Foto: Ascom/ANPT

a instituição, cuja atuação, segundo ele, destaca-se na proteção de um contingente enorme de pessoas que se encontram em situação de hipossuficiência. "A instituição procura enxergar o meio ambiente de trabalho como um local propício de democracia", disse o procurador, que passa a atuar na Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) de Água Boa (MT).

II Encontro Capixaba de MPs tem participação da ANPT

Membros dos Ministérios Públicos do Trabalho (MPT), Federal (MPF), Estadual (MPES) e de Contas (MPC) estiveram reunidos, dia 19 de setembro, para o II Encontro Capixaba de Ministérios Públicos, realizado na sede Procuradoria-Geral de Justiça do Espírito Santo, em Vitória-ES. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, inclusive de sua solenidade de abertura e de painel dedicado à apresentação das atividades das entidades de classe que representam, no âmbito nacional, os membros dos diversos ramos do MP brasileiro. O secretário-geral da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Alexandre Magno, o vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho, e o representante dos membros do MPC, o procurador do MP junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Alagoas Ricardo Schneider, também participaram do painel.

Durante sua apresentação, o presidente da ANPT falou sobre a atuação política da Associação na defesa dos direitos dos membros do MPT e de questões relacionadas à sua atuação e às suas repercussões na defesa e na promoção dos direitos sociais e dos interesses mais diretos dos membros do MP, com ênfase para o trabalho desempenhado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Azevedo Lima destacou, ainda, a atuação conjunta da ANPT com as entidades que compõem a Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura da União (Frentas) e com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), além do trabalho de acompanhamento das discussões em trâmite no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), muitas vezes mediante provocações formalizadas pela própria ANPT e pelas demais entidades, dados seus inegáveis reflexos para procuradores e promotores de todo o Brasil.

Encontro reuniu representates de todos os ramos do MP

Fotos: Ascom/MPE-ES

No âmbito do Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara dos Deputados, Azevedo Lima falou sobre a apreciação dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da reposição do valor dos subsídios do procurador-geral da República e dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Quanto à atuação no Senado Federal, o presidente da ANPT falou sobre a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63, de 2013, que institui a parcela de valorização por tempo de exercício nas carreiras dos membros do Ministério Público e da Magistratura.

Presidente da ANPT falou sobre a atuação da entidade

Procurador-geral da República apresenta relatório executivo de resultados

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costas, acompanharam, dia 29 de outubro, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, a apresentação de relatório executivo de resultados do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no período de setembro de 2013 a agosto deste ano. A apresentação tratou das principais atividades do chefe do Ministério Público da União durante seu primeiro ano de mandato, focando ações de transparência, profissionalismo e efetividade.

No relatório, Janot lembra que há um ano esteve na CCJ, em arguição pública que resultou na aprovação dele para ocupar o cargo. "Naquele dia, disse que apresentaria anualmente ao Senado Federal um relatório de prestação de contas à sociedade, no esforço de realizar um trabalho transparente, eficaz e eficiente", recordou. Ao apresentar o material, o procurador-geral da República destacou ações voltadas à solução de problemas do sistema prisional e ao combate à corrupção.

A participação e prestação de contas espontânea do procurador-geral da República foi muito elogiada por senadores dos mais variados partidos, os quais enalteceram a iniciativa e enfatizaram a relevância do trabalho desempenhado não apenas pelo chefe da instituição, mas, também, por seus membros, em todo o país, fazendo com que seja efetivamente cumprido o ordenamento jurídico. Vários dos parlamentares destacaram, na ocasião, a imprescindibilidade de se fortalecer, cada vez mais, o Ministério Público e a atuação dos seus membros.

CNMP promove audiência pública para debater cotas raciais em concursos

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) promoveu, dia 16 de setembro, a audiência pública "Políticas de Ação Afirmativa Étnico-raciais nos Concursos para Membros e Servidores do Ministério Público brasileiro: o papel do CNMP". O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da sessão, presidida pelo conselheiro do CNMP Jarbas Soares, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF).

A audiência foi designada com o objetivo de possibilitar, com base em coletas de diversas concepções ideológicas e das experiências técnicas existentes em torno do tema, a melhor formação da convicção dos conselheiros do CNMP antes da decisão final a ser proferida no Pedido de Providências nº 543/2013-50, apresentado pela Educafro, entidade não-governamental, em tramitação no Conselho. A entidade apresentou requerimento acerca da possibilidade de implantação das cotas raciais nos concursos do Ministério Público do Trabalho, tendo o órgão de origem (Conselho Superior do MPT) entendido que, como qualquer discussão que viesse a ser ali travada teria repercussão para os demais ramos do Ministério Público brasileiro, seria importante ampliar esse debate, tendo a questão, portanto, sido encaminhada para o CNMP.

Audiência pública contou com a presença da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

Nesse sentido, o então relator, conselheiro Mario Bonsaglia, considerou que, embora o requerimento se restringisse ao MPT, seria o caso de estender o enfoque a todos os concursos de membros e servidores do Ministério Público da União e dos Estados, e, por tal razão, sugeriu a sua avaliação pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais. Para o presidente da ANPT, o debate sobre o assunto se mostra extremamente relevante, haja vista propiciar a oitiva da sociedade acerca dessa importante questão, a qual deverá ser objeto de deliberação por parte do colegiado do CNMP em breve.

Anuário com dados sobre o Ministério Público brasileiro é lançado no CNMP

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 15 de setembro, do lançamento da terceira edição do anuário "Ministério Público – um Retrato", que traz dados sobre a atuação funcional e administrativa de todas as unidades do Ministério Público brasileiro no ano de 2013. O evento, realizado no auditório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), foi aberto pelo presidente do CNMP, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O evento de lançamento da publicação contou, também, com palestra ministrada pelo diretor de Estudos e Pesquisas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Daniel Cerqueira. Na ocasião, foram analisados os dados do documento.

Além do presidente da ANPT, estiveram presentes também integrantes do CNMP, do Ministério Público do Trabalho, o corregedor nacional do MP, Alessandro Tramujas, e os conselheiros do CNMP Jeferson Coelho, Jarbas Soares, Antônio Duarte, Marcelo Ferra, Cláudio Portela, Esdras Dantas, Leonardo Farias, Walter Agra, Leonardo Carvalho e Fábio George Cruz da Nóbrega, além de outros membros do MP brasileiro.

Procurador-geral da República durante o lançamento

Presidente da ANPT participou do evento

Fotos: Ascom/ANPT

Ouvidoria do MPDFT comemora 10 anos de existência com a presença da ANPT

A Ouvidoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) completou 10 anos de atuação. Para celebrar a data, promoveu evento, dia 24 de setembro, no auditório da instituição, que contou a presença do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, do vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, além de diversas outras autoridades dos demais ramos do Ministério Público, bem como dos Poderes Judiciário e Executivo.

Procuradora-geral de Justiça Eunice Carvalhido durante a solenidade

Foto: Ascom/ANPT

O serviço de ouvidoria do MPDFT, em uma década de trabalho, recebeu mais de 48 mil manifestações. Para a procuradora-geral de Justiça, Eunice Pereira Amorim Carvalhido, é possível perceber que, nesse período, o órgão cumpriu sua função perante a sociedade e o público interno da instituição. De acordo com a ouvidora do órgão, procuradora de Justiça Maria Rosynete de Oliveira, "a celebração do aniversário da Ouvidoria do MPDFT é também um momento de formação para os participantes, contribuindo para o aprimoramento deste espaço de diálogo com a sociedade".

A programação do evento contou ainda com palestras sobre "Ouvidoria Pública: entre a gestão, o controle e a participação social", com o ouvidor-geral da União, José Eduardo Elias Romão, e "Ouvidoria e Ministério Público", com o professor Rubens Pinto Lyra.

ANPT participa de posse do novo presidente do STF

Foi empossado, dia 10 de setembro, o ministro Ricardo Lewandowski como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele já ocupava o cargo interinamente desde o fim de julho, após o ministro Joaquim Barbosa se aposentar. A ministra Cármen Lúcia assumiu a vice-presidência do tribunal. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, que contou com a presença da presidente da República, Dilma Rousseff, e do vice-presidente, Michel Temer, do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, além dos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), entre outras autoridades.

Em seu discurso de posse, o presidente do STF abordou o duplo desafio de promover uma Justiça célere, eficaz, e de atuar à frente de um dos Poderes da República, muitas vezes chamado a interferir em questões sensíveis da vida nacional. Lewandowski, que é também presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2014/2016, propôs reforçar a atuação do órgão como de planejamento estratégico, garantindo sua permanente interlocução com os juízes de todos os graus de jurisdição. Defendeu ainda melhores condições de trabalho e remuneração digna aos magistrados, necessárias para valorizar a carreira e a própria Justiça.

"Nós temos um sonho: o sonho de ver um Judiciário forte, unido e prestigiado, que possa ocupar o lugar que merece no cenário social e político deste País. Um Judiciário que esteja à altura de seus valorosos integrantes, e que possa colaborar efetivamente na construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária", afirmou Lewandowski.

No que diz respeito a metas, o novo presidente do STF propôs o maior uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões e o estímulo a formas alternativas de solução de conflitos, como a conciliação, a mediação e a arbitragem. Também destacou os instrumentos processuais à disposição do STF, propondo prioridade ao julgamento dos casos com repercussão geral reconhecida.

Cerimônia de posse do presidente do STF

Foto: Nelson Jr./SCO/STF

35 ANOS

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

SBS Quadra 2 - Bloco "S" - Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1108 - 11º andar
Brasília/DF - CEP: 70070-904 - Fone:(61) 3325.7570
e-mail: anpt@anpt.org.br
www.anpt.org.br

facebook: AnptBrasil